

A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PARA AS JUVENTUDES AMAZÔNICAS | PEDRO NEVES DE CASTRO

A Região Norte e os seus Desafios, Trajetórias Sociais e Econômicas na Área Rural

A Região Norte agrega um contingente expressivo da população jovem do Brasil¹, acumulando dois terços em sua proporção jovem por adulto². Desta população, 27% habita no campo – contra 16% da média brasileira –, onde a proporção jovem/adulto é de cinco jovens a cada sete adultos. No Pará, a proporção sobe para três quartos³, computando-se pequenas vilas e municípios, quase indistintos do meio rural, como área urbana. Nota-se que esse “meio termo”, onde o rural e o urbano se confundem, é típico dos processos recentes de ocupação da Amazônia e agregam movimentos populacionais oriundos não apenas de outras regiões, mas também da desarticulação de sistemas econômicos regionais pré-existentes, da violência no campo, sobretudo consequentes de políticas nacionais desenvolvimentistas. Nesta área, problemas sociais tipicamente urbanos se tornam cada vez mais presentes, tais como a criminalidade, a violência, a drogatização e a prostituição, assim como se carece de políticas públicas especiais para essa realidade tão específica.

A área rural paraense é constituída por diferentes trajetórias sociais, históricas e econômicas que conformam formas tecnológicas diferentes do lidar com o meio ambiente. Ou seja, cada padrão econômico, na sua dimensão histórica, faz um uso específico dos recursos ambientais amazônicos⁴. Por meio dessa compreensão, podemos dizer que, tanto o espaço amazônico, quanto sua cultura, suas instituições, o Estado e as políticas públicas regionais são construídas a partir da interação entre pecuária intensiva, o agro extrativismo (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, populações camponesas), a pecuária extensiva, a pecuária de corte, as culturas permanentes, a silvicultura e o cultivo de grãos (em especial o cultivo da soja). Agregam-se todas, porém, entre modelos patronais e modelos camponeses de produção, sendo os modelos patronais aqueles que detêm a hegemonia econômica e social da região, transformando

¹ 8%, segundo o Censo Demográfico de 2010. Respeitaremos as estimativas consequentes para efeito de cálculo.

² IBGE - Censo Demográfico 2010

³ IBGE - Censo Demográfico 2010

⁴ Essa perspectiva está presente no trabalho do economista Francisco de Assis Costa, pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e diversos outros pesquisadores fazem uso dela.

a grande maioria em uma minoria sub-representada nas esferas econômicas e de poder⁵.

As trajetórias tecnológicas, ou tecno-produtivas, têm um impacto significativo no desenvolvimento regional e sustentável da Amazônia. Algumas delas estão associadas à degradação ambiental e à vulnerabilidade a doenças tropicais negligenciadas⁶, enquanto outras perfazem o caminho contrário, constituindo-se como o próprio paradigma da preservação ambiental associada ao uso econômico dos recursos naturais. Entender as trajetórias tecnológicas na Amazônia é crucial para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade na região. E é, desta forma, fundamental para contextualizar a juventude amazônica. Nosso objetivo, neste texto, é pensar a juventude amazônica a partir das diferentes trajetórias tecnológicas nas quais elas se abrigam.

Impactos Negativos da Pecuária de Corte e do Cultivo de Grãos

As trajetórias tecnológicas das populações amazônicas dedicadas à pecuária de corte e ao cultivo de grãos são as mais danosas para a natureza e para a sociedade, pois se orientam por conjuntos de soluções selecionados em função da ideia pura da eficiência produtiva e do controle da natureza, não levando em consideração os danos causados à natureza e às populações originárias e tradicionais da região. É nesse sentido que a natureza é apresentada como obstáculo para a consolidação de atividades econômicas e, portanto, que deveria ser eliminada – observando, ainda, que aqui se identifica como natureza, por esse ideário reacionário, as populações originárias e tradicionais da Amazônia, interpretando-as como empecilho ao desenvolvimento. Trata-se, assim, das trajetórias que são ampla base de apoio e articulação aos movimentos e ideários golpistas. Ambas, agregam cerca de 30% dos trabalhadores rurais do Estado do Pará⁷.

⁵ COSTA, Francisco de Assis. *A Brief Economic History of the Aazona: 1720-1970*. 1. ed. New Castle Upon Tyne : Cambridge Scholars Publishing, 2019.

⁶ CODEÇO, Cláudia Torres et al. "Epidemiology, Biodiversity, and Technological Trajectories in the Brazilian Amazon : From Malaria to COVID-19." *Frontiers in Public Health* 9 (2021)

⁷ COSTA, Francisco de Assis. *Mudança Estrutural na Economia Agrária na Amazônia: Uma Avaliação Inicial Usando os Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017)*. In: *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. IEPA, Rio de Janeiro, 2021.

Apenas a pecuária extensiva agrega 27.831 estabelecimentos no Estado do Pará, ocupando 60% da área produtiva do Estado, e apresentando uma taxa de degradação maior que 70%, sendo ela a trajetória tecnológica que mais emite CO₂⁸.

Por efeito, a expansão da pecuária de corte, já reconhecida pelo uso de grandes quantidades de água para a criação de animais e para a irrigação de pastagens, acarreta no desmatamento de áreas florestais para a abertura destas pastagens, especialmente na Amazônia. Isso resulta na perda de biodiversidade, na degradação do solo e na liberação de grandes quantidades de gases de efeito estufa. Ademais, o manejo inadequado das pastagens e a falta de práticas sustentáveis de conservação do solo podem levar à erosão e à perda de nutrientes do solo, compromete sua fertilidade, e tornando-o menos produtivo.

Já o cultivo de grãos, como a soja, resulta no desmatamento de áreas florestais para a abertura de novas áreas agrícolas homogeneizadas, contribuindo para a perda de habitat, para a fragmentação de ecossistemas e para a diminuição da biodiversidade. O controle da natureza aqui ganha uma profundidade maior quando se trata do uso intensivo de agrotóxicos e de manejos genéticos – o cultivo de grãos frequentemente envolve o uso intensivo de fertilizantes químicos e pesticidas, que podem contaminar o solo, a água e afetar drasticamente a saúde humana e animal tanto dos consumidores quanto da população envolta. Além disso, o uso inadequado desses produtos pode resultar em problemas de resistência de pragas e doenças. Também, o cultivo de grãos compreende um uso maior de água para a sua irrigação.

É notório, ainda, que tanto a pecuária de corte como o cultivo de grãos podem ter impactos sociais negativos, como a concentração de terras, a exploração de mão de obra e a exclusão de comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Diante desse cenário, pode-se indagar, ao poder público, quais as políticas pensadas e implementadas dedicadas aos trabalhadores destas trajetórias patronais. E quais as políticas públicas voltadas para as juventudes a elas associadas. Pode-se também perguntar, nesse sentido: quais os mecanismos democráticos de comunicação para favorecer o diálogo com demais trajetórias e experiências, e promover a organicidade dessa classe trabalhadora; o que esses trabalhadores da pecuária

⁸ Censo Agropecuário de 2017.

representam para o projeto de inclusão social e política do Governo Federal; qual a relação do Governo Federal com os sindicatos e associações que representam esses trabalhadores; quais projetos são necessários para a ampliação da eficiência produtiva – e sobretudo ambiental – dessa trajetória sem prejudicar as demais, e sem prejudicar os empregos que seu modelo produz?

O Agroextrativismo como Paradigma de Eficiência e Preservação Ambiental

Por outro lado, o agroextrativismo representa 21% do valor bruto da produção rural, ajuntando 130.593 estabelecimentos no Pará, correspondente a 25% da população rural⁹, agregando quilombolas, indígenas, ribeirinhos e assentamentos agroextrativistas, cuja organização se apresenta sob a forma da propriedade coletiva da terra. Por incrível que possa parecer, é a trajetória com maior crescimento, resistente às múltiplas políticas públicas mitigatórias que a história do Brasil lhe impôs, e constituinte de um paradigma de eficiência e preservação ambiental¹⁰.

De fato, o agroextrativismo é um modelo de atividade econômica que combina práticas agrícolas e extrativas tradicionalmente elaboradas, conciliando naturalmente a produção de alimentos e produtos florestais com a preservação ambiental e social. Em seu bojo, evita-se a monocultura intensiva, ao que, ao promover assim a diversificação de culturas, a diversidade biológica, contribui-se para a resiliência dos sistemas produtivos, reduzindo os riscos de perdas totais decorrentes de pragas, doenças ou condições climáticas adversas. Nesse sentido, prioriza-se o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a regeneração dos ecossistemas e a manutenção da biodiversidade. Isso envolve práticas como rotação de culturas, agroflorestas, extrativismo seletivo e conservação do solo.

Tal conhecimento tradicional provém de elaborações geracionais. O agroextrativismo anda lado a lado com o conhecimento tradicional das comunidades locais, que possuem um profundo entendimento dos ecossistemas e das técnicas agrícolas e extrativas adequadas à região. Esse conhecimento é fundamental para a preservação ambiental e para o uso sustentável dos recursos. Portanto, reconhece-se a

⁹ Censo Agropecuário de 2017

¹⁰ COSTA, Francisco de Assis. Mudança Estrutural Na Economia Agrária da Amazônia: Uma Avaliação Inicial Usando os Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017). *In*: Boletim Regional, Urbano e Ambiental. IEPA, Rio de Janeiro, 2021.

importância da floresta como um ambiente produtivo, capaz de fornecer recursos diversos sem a necessidade de desmatamento. A extração sustentável de produtos florestais, como castanhas, óleos vegetais, fibras e plantas medicinais, promove assim a conservação da floresta e a geração de renda para as comunidades, para a família – a unidade produtiva desse modelo –, e para a segurança alimentar de toda a região, notadamente das áreas urbanas.

Não é assim estranho encontrar evidências, como apresentam pesquisas arqueológicas em várias áreas ao longo do rio Amazonas, de grandes ocupações pré-europeias e transformações em larga escala dos ambientes florestais e de áreas úmidas, o que tem implicações claras para questões de conservação e sustentabilidade. A Amazônia não é uma floresta intocada, como quis crer a mídia brasileira ao longo de tantas décadas, mas sim uma paisagem construída e domesticada, dramaticamente alterada e desenvolvida passo a passo por grupos indígenas no passado e tradicionais hoje ¹¹. Tal conhecimento, modo de vida social e modelo econômico se perpetuam hoje, de geração em geração, mas deixando de fazer sentido porquanto avançam outras realidades econômicas e de ordenamento social e espacial. Essa falta de sentido acarreta nos problemas antes mencionados que permeiam a realidade urbana e periurbana.

Contudo, a valorização do agroextrativismo demanda políticas públicas adequadas que exigem, em primeiro lugar, investimentos em pesquisa e extensão rural, além do fortalecimento de sistemas de certificação e rastreabilidade dos produtos. É necessário ter ciência da realidade material para que haja planejamento público e para, em segundo lugar, se desenvolva uma política pública de incentivos financeiros e facilitação ao crédito, programas de capacitação técnica e apoio à comercialização dos produtos.

Perguntamo-nos, nesse sentido, quais políticas públicas, federais e estaduais, têm, efetivamente, consciência da importância dos saberes tradicionais amazônicos para um desenvolvimento sustentável e responsável? De que maneira essas políticas públicas se relacionam, sintonizam-se, com a experiência tradicional da floresta, com as tecnologias da floresta? Também perguntamos, portanto: o que os trabalhadores dessa

¹¹ HECKENBERGER, Michael J. *et al.* The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon : implications for biodiversity. *Philosophical Transaction of the Royal Society B*, 362 : pp. 197 – 208 : 2007.

trajetória campesina vinculada ao agroextrativismo têm a demandar, a ensinar e a dialogar com o poder público no âmbito da elaboração de políticas públicas e quais os mecanismos institucionais desse diálogo e representação. Igualmente, indagamos: como a experiência desses trabalhadores está presente no ideário e nas lutas políticas da sociedade civil que se repercutem no Estado; qual é a articulação entretida com suas representações institucionais; quais políticas públicas lhes favorecem, social e economicamente, e quais lhe desfavorecem, e como deve intervir o Governo Federal nesses propósitos? É sob esses ensejos que nos resta a elaborar sobre a reprodução geracional desse sistema e, desta forma, das condições para a permanência digna e identificação da juventude para e com essa realidade social e econômica específica.

Condições para a Permanência Digna da Juventude no Campo: os desafios enfrentados pela juventude rural e a migração para áreas urbanas

Essa singularidade de confluências que caracteriza parte considerável da juventude amazônica se depara, também, com as problemáticas próprias da juventude indígena. A singularidade de seus dilemas se expressa em altos índices de suicídio, na dificuldade do acesso à saúde, na desnutrição, na violência do campo e em especial àquela atrelada ao garimpo ilegal, na violência nas escolas, nos impasses linguísticos, nos impasses à promoção de sua cultura, de sua identidade, de sua tradição, de sua economia, na expansão da AIDS e do alcoolismo etc. Já não é rara a migração dessa população para as áreas urbanas na busca por melhores oportunidades, que a penas se apresentarão na formação de aglomerados urbanos subnormais e na marginalização.

O processo de esvaziamento do campo, presente em todo território brasileiro, põe em risco a segurança e a soberania alimentar do país, porquanto a produção agrícola familiar é ameaçada e, assim sendo, a oferta de alimentos saudáveis se vê restrita. Na Amazônia, a situação se torna mais grave por conter, mais que nas demais regiões, a violência e o desmatamento. Em termos da juventude, essa situação já apresentou uma solução que, embora parcial, é essencial: o **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**.

É necessário, de fato, criar as condições de permanência digna da juventude no campo, sendo tantas as questões transversais a serem trabalhadas que perpassam essa pauta – a reforma agrária, a saúde pública, o reconhecimento de Reservas Extrativistas,

o reconhecimento das áreas quilombolas e o fortalecimento dos Protocolos Comunitários de Consulta Prévia, a educação pública e seu acesso, o direito à terra e ao território, a demarcação das terras indígenas, a produção sustentável, a cultura etc., enquanto, também, estratégias para a sucessão rural.

No contexto da juventude rural, é fundamental reconhecer a complexidade das questões enfrentadas e a necessidade de ações integradas e políticas públicas abrangentes. Somente por meio de investimentos em educação, acesso à saúde, garantia de direitos territoriais, estímulo à produção sustentável e valorização da cultura rural, entre outros aspectos, será possível criar condições propícias para a permanência digna da juventude no campo. A efetivação dessas políticas e compromissos públicos, notadamente do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, engendraria condições efetivas de garantir a permanência da juventude no campo e sua segurança alimentar, bem como a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável por intermédio da juventude.

Considerações para o Desenvolvimento Sustentável: juventude, políticas públicas errôneas e os problemas sociais na Amazônia

Se tal condição de conflitos sociais e estruturais da realidade amazônica existe, e se há trajetórias tecnológicas que não possuem uma compreensão exequível do desenvolvimento sustentável, porém, é devido a políticas públicas errôneas que, historicamente, se desvelam na institucionalização do mercado de terra e na consequente desapropriação de terra, na marginalização, no racismo notadamente em ambientes de convívio e ambientes institucionais, nas políticas de assimilação, no abuso de força militar. O rastro deixado pelo desenvolvimentismo brasileiro, que historicamente ignora os saberes tradicionais das populações amazônicas, é perpetuado por essas mazelas sociais, e renovado quando novos grandes projetos são executados na região, tal Belo Monte, ou no acordo da política de crédito a incentivar o agronegócio. As políticas passadas de colonização da Amazônia em nada ofereceram em oportunidade e desenvolvimento à juventude amazônica, mas condicionaram-na a viver com pouco suporte numa realidade de conflito.

É preciso reconhecer que a juventude tem um papel social e econômico ativo na reprodução das trajetórias tecnológicas. Isso significa uma demanda por investimento

em políticas públicas. De fato, trata-se não apenas de inserção no mundo do trabalho – problemática já suficientemente grande e atinente às demais regiões –, mas da manutenção, do desenvolvimento e da reprodução de modelos econômicos e culturais ameaçados e específicos que caracterizam a economia da sociobiodiversidade e garantem a *floresta-em-pé*.

É essencial romper com a lógica da exploração predatória e incentivar o desenvolvimento sustentável, tema afeito à própria ideia de juventude e no qual a juventude engendra seu papel protagonista. Isso requer a implementação de políticas que valorizem os conhecimentos tradicionais, promovam a inclusão social, combatam o racismo e a discriminação, e garantam o respeito aos direitos das comunidades tradicionais e indígenas. Somente assim será possível construir uma Amazônia justa, equitativa e ambientalmente sustentável, proporcionando um futuro digno para a juventude e preservando a riqueza socioambiental da região. Ao reconhecer os erros do passado e promover políticas públicas efetivas, baseadas em diálogo e participação ativa da juventude, podemos transformar a realidade social da Amazônia e contribuir para um desenvolvimento sustentável que respeite e proteja a diversidade cultural e ambiental dessa região.

Diante dos desafios elencados, enfrentados pela juventude, torna-se imperativo que os diferentes níveis de Governos e o aparato estatal abracem uma abordagem de "sintonia fina" na elaboração de políticas públicas. Mais do que soluções generalistas, é necessário oferecer políticas específicas que considerem as particularidades de cada segmento da juventude oriunda das diferentes trajetórias tecnológicas e das realidades contraditórias e conflitivas da Amazônia. Todavia, é fundamental reconhecer que a juventude associada às trajetórias tecnológicas do agronegócio e da pecuária extensiva agregam demandas singulares, demandas por uma aproximação das alternativas experimentadas pelas juventudes pertencentes às trajetórias tecnológicas agroecológicas.

Por esse motivo, criar canais eficazes de comunicação é essencial entre as diferentes juventudes amazônicas a fim de promover a troca de experiências e o diálogo enriquecedor sobre o viver e o atuar conjunto nas Amazonas. Sem esse movimento, que requer infraestruturas materiais específicas, o movimento histórico de superação e dissolução das contradições estruturais não poderá ser feito, e o vislumbre de um

desenvolvimento sustentável, que requer a resolução dessas problemáticas amazônicas, apenas estará mais distante.

Superar o status quo e a seletividade estratégica do Estado: estratégia de mediação de forças sociais

Superar o *status quo* e as amarras sociais herdadas pelos sucessivos modelos nacionais de exploração econômica na região requer estratégia ampla de mediação de forças sociais históricas nessa realidade marcada pelo conflito. Mas mais que isso: requer uma seletividade estratégica do Estado para priorizar populações mitigadas e excluídas na história do país e da região. A disputa histórica pela constituição da realidade amazônica entretida entre diferentes trajetórias sociais, tecnológicas e econômicas e, conseqüentemente, a disputa entre a diversidade de projetos de desenvolvimento pela formulação da política pública e pelo Estado – por suas estruturas, seus acessos, seu sentido –, encerra um momento importante quando alcança a juventude amazônica. Desta feita, a mentalidade da juventude é disputada, os seus sonhos e a sua condição, e determinados segmentos desta diversidade são priorizados pelas políticas estatais em detrimento de outros.

Para lidar com a seletividade estratégica do Estado e o *status quo* decorrente, é necessário adotar uma estratégia de mediação de forças sociais a partir da própria estrutura estatal. Isso implica em criar mecanismos e espaços de diálogo e negociação entre diferentes atores sociais, como organizações da sociedade civil, movimentos sociais, setor empresarial e representantes governamentais. A mediação busca estabelecer um ambiente propício para a expressão de interesses, demandas e perspectivas diversas, promovendo a construção de consensos e soluções para demandas determinadas. Essa estratégia de mediação costuma envolver a criação de fóruns de participação, consultas públicas, processos de negociação e construção conjunta de políticas.

Desta forma, para se pensar a Amazônia que se quer no Brasil, ou o papel que venha a cumprir nas dinâmicas globais, requer-se pensar a sua juventude nessa relação jovem-desenvolvimento. Se, porém, o investimento geracional procura mediar esse conflito entre padrões socioeconômicos e culturais amazônicos (e não amazônicos), não

será ao desconsiderar a diversidade desta juventude – cabocla, ribeirinha, indígena, urbana, assentada, quilombola, da várzea ou da terra firme.

Valorização da Diversidade como Estratégia da Juventude no Contexto Amazônico

Não se trata, porém, de procurar consolidar projetos essencialmente estrangeiros que busquem criar consciências preservacionistas, protagonistas de iniciativas à moda sustentável. Mas, sim, para evitar toda forma de concentração de renda que fórmulas novas têm trazido à realidade amazônica, trata-se de promover conhecimentos ecológicos ancestrais, historicamente resistentes e atuantes na Amazônia; promover, antes sim, um modelo econômico não só sustentável, mas que sempre garantiu a comida no prato do amazônida, e plenamente capaz de promover um desenvolvimento econômico justo e sustentável.

Nesse sentido, pensar as referidas políticas públicas só poderá ser feito no conjunto de sua própria diversidade, resgatando tanto os almejos contraditórios próprios que se perfazem em sua história de conflitos sociais, quanto as ancestralidades múltiplas as quais, em resistências, constituem um saber-fazer cultural e econômico que, ao contrário dos *mainstreams* cultivados nas demais regiões do país, viabilizam um efetivo crescimento econômico acompanhado da redistribuição de renda. Outra forma não haveria de pensar tais políticas sem promover os diálogos democráticos que demandam incentivos a modelos tanto econômicos quanto culturais da sociobiodiversidade e da *floresta-em-pé*.

De fato, o projeto de preservação da floresta amazônica, de seu bioma, de seu ecossistema, não pode ser estabelecido por um objetivo de resgate das florestas em oposição às populações e à suposta falta de tecnologias, de conhecimento ou de adequabilidade da mentalidade local. Em hipótese alguma se deve tratar de impor projetos estrangeiros à realidade amazônica, mas sim de valorizar e resgatar esses saberes que compõem e alimentam o ecossistema amazônico. A biodiversidade depende da manutenção do equilíbrio desse ecossistema, ancestralmente realizada pelos povos diversos da floresta. A preservação, o enraizamento ou ainda o desenvolvimento, se tornará uma via possível apenas no medrar de uma construção democrática coletiva que viabilize a participação produtiva dessas populações. Ressalta-

se, portanto, a necessidade da institucionalização desses espaços de diálogos e de planejamento público e de trazer essas vozes às instâncias governamentais.

A juventude desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois representa a continuidade e renovação das tradições, conhecimentos e práticas ancestrais, ao mesmo tempo em que traz consigo uma perspectiva dinâmica e inovadora. A valorização da diversidade ambiental, o respeito por ela por parte da juventude amazônica, implica reconhecer e respeitar a pluralidade de identidades, culturas, modos de vida e visões de mundo presentes na região.

Ressalta-se, no entanto, a existência de instituições representativas, inclusive nos contextos urbanos. A juventude indígena na Amazônia urbana constitui sua atuação de forma diversificada, manifestando-se com base nas práticas e conhecimentos de seus grupos nativos e da sociedade urbana nacional e global, e é nesse contexto que essa juventude rompe com a imagem de povos não contaminados por influências urbanas e, assim, contribuem na promoção de novas interações entre ambas realidades¹², dando entendimentos e soluções novas às problemáticas ora elaboradas e elaborando novas experiências de existência e resistência no contexto conflituoso amazônico.

O Mercado de Terras e o Incentivo ao Agronegócio

Um dos maiores problemas amazônicos resta sendo o mercado de terras e, como sua extensão, a política nacional de incentivo de crédito ao latifúndio e ao agronegócio. As institucionalidades locais próprias, tais o modelo de propriedade de terra vigente entre as comunidades ribeirinhas, se veem constantemente ameaçadas e recuam, historicamente, para fronteiras limitadas, perdendo território produtivo. Enquanto a realidade do jovem amazônico assim se vê recuada, constantemente, as oportunidades de vida se tornam cada vez mais, também, limitadas. Tantas vezes forçado e incentivado a abandonar um modo de vida que preserva o meio ambiente, estimulado firmemente a esquecer os saberes herdados, e eventualmente a se tornar um *empreendedor*, esse jovem não se compreenderá na reprodução social do ecossistema amazônico, ao mesmo tempo em que não conseguirá ser absorvido em um modo produtivo

¹² VIRTANEN, Pirjo Kristiina. Amazonian Native Youths and Notions of Indigeneity in Urban Areas. *Identities* 17, pp. 154 – 175 : 2010.

tipicamente capitalista, restando às margens deste ao contribuir, às suas despesas, para a concentração de renda e formação de dependência não só aos escopos regionais, mas especialmente aos escopos nacionais.

O mercado de terras na Amazônia tem sido caracterizado pela concentração de terras em mãos de poucos, muitas vezes por meio de mecanismos que resultam em aquisição ilegal ou irregular de propriedades, mas, principalmente, por mecanismos legais. O incentivo ao agronegócio na Amazônia está relacionado a políticas públicas e medidas econômicas que visam estimular a produção e exportação de commodities agrícolas. Esses incentivos podem incluir subsídios, linhas de crédito facilitadas e isenções fiscais, que historicamente beneficiam grandes proprietários de terras e empresas do setor agroindustrial externas à região. Essas políticas podem levar a um aumento da concentração de terras, da desigualdade socioeconômica e de conflitos pela posse da terra. Essa concentração de terras contribui para a exclusão de outros modos produtivos.

Apoio à Agricultura Familiar e Produção Sustentável

O investimento na agricultura familiar, assim como na compra de sua produção, impacta diretamente nas condições materiais da juventude. Apresenta-se, assim, a necessidade de criação de linhas de crédito para o jovem da zona rural, com o objetivo imediato de criar condições de otimização de processos, de custeio de novas tecnologias adequadas para o campo e de investimento no seu crescimento dentro do mercado. Desta feita, fortifica-se a produção sustentável e motiva-se a sua reprodução.

Para além do estabelecimento de financiamento e de crédito rural, a discussão sobre acesso a mercados e valorização de produtos se faz essencialmente paralela no bojo mesmo da região. Para além disso, política de proteção social, firmada através de programas de compra direta de alimentos da agricultura familiar para abastecimento de escolas e de instituições públicas; firmada através programas de transferência de renda; ou ainda firmada através de seguro agrícola, desvelam uma estratégia mais completa de fomento à produção sustentável. Outras políticas paralelas seriam ainda salutares, tais a capacitação e a educação rural, o estímulo à agroecologia, o investimento na infraestrutura rural, a assistência técnica e a extensão rural especializada etc., mas seriam apenas complementares a uma política de acesso à terra e de reforma agrária.

Saúde, Cultura e Democracia na Sustentabilidade do Desenvolvimento

Entretanto, dar ao jovem a perspectiva econômica de sua realidade tão mitigada pelos conflitos agrários não acarreta apenas uma viabilidade econômica de sua reprodução social, mas lhe fornece bases psicológicas para a sua sobrevivência. Paralelamente às políticas de cunho econômico, portanto, é mister o investimento em estratégias que possibilitem e fomentem a saúde mental dessa população. Apresenta-se, assim, não apenas uma necessidade de políticas públicas em saúde, mas também em comunicação, em cultura e em educação.

Essa integridade da política pública também perpassa pela temática da governança participativa, a qual encontra empecilhos significativos não só na diversidade conflitiva de suas trajetórias sociais, no conflito de interesses mediado pela desigualdade estrutural e histórica de poder, mas também na amplitude territorial, acarretando, então, em uma discussão sobre infraestrutura.

Entende-se, portanto, um debate sobre modelos de infraestrutura na região, o qual não é consensuado. A quem interessaria, por exemplo, ao tangenciar a infraestrutura produtiva, o desenvolvimento de redes viárias em detrimento das redes dendríticas? Por certo, algumas formas estruturais na Amazônia resistem – como a produção de canoas, para fugir dos exemplos já mencionados –, mesmo sem receber, para tanto, um apoio estatal. Porém, o debate não deixa de abarcar outros aspectos infraestruturais importantes, os quais se intermediam entre si, tal como a infraestrutura da democracia e do acesso à internet, da educação e do acesso participativo ao Estado, da cultura ou ainda da saúde.

Desafios da Saúde e Bem-Estar na Realidade Amazônica: acesso, saúde psicológica e prevenção de doenças

Nos termos da saúde, a carência ao acesso é evidente, estando as famílias à mercê de longas rotas e demoradas e onerosas viagens para fins até de consulta médica nos maiores centros urbanos. Trata-se de um debate da estrutura do sistema de saúde que perpassa, também, pela questão da mobilidade rural e da estruturação do sistema

dendrítico de transporte regional, ignorado pelo histórico de políticas públicas nacionais.

Porém, uma problemática importante reside no aumento do desmatamento e no desequilíbrio dos serviços ecossistêmicos, porquanto o bioma amazônico sustenta uma carga alta de doenças tropicais negligenciadas. É importante destacar que a área na qual as trajetórias camponesas se inserem corresponde a áreas de floresta contínua, marcadas pela malária como causa de mortalidade e morbidade. Por outro lado, as áreas vinculadas às trajetórias tecnológicas patronais são marcadas pela rápida perda de biodiversidade e, conseqüentemente, pela prevalência de doenças tropicais negligenciadas tais a doença de Chagas, a leishmaniose, as doenças transmitidas pelo *Aedes* etc.¹³.

Ademais, aspecto importante, e mais preciso, da questão da saúde, é a saúde psicológica, pois não só o acesso à saúde psíquica é precário nessa realidade, como também a sua estrutura própria, havendo pouca disponibilização e, quando, de qualidade nitidamente insuficiente e desadequada às demandas locais. De fato, o jovem ribeirinho encontra dilemas específicos que, de modo geral, requerem estruturas específicas que perpassam desde o aconselhamento até o combate ao suicídio.

Observa-se, paralelamente, o alto índice de doenças sexualmente transmissíveis em população jovem, em frente ao que se apresenta a necessidade de avanço na conscientização e no tratamento, de qualidade, em relação às DST e IST. Para tanto, a bibliografia referente tende a recomendar a formação relativa ao tema em escolas e associações. Da mesma forma, busca-se reduzir o índice elevado de gravidez na adolescência, e fortificar a prevenção à violência sexual contra menores.

Casas de Apoio e Investimento em Estratégias Comunitárias

Uma experiência regional importante tem sido a Política de Casas de Apoio. Seja com o objetivo de acolher jovens cuja violência lgbtfóbica tem colocado para fora de casa; seja com o objetivo de acolher juventudes em situação de rua; seja com o objetivo de acolher munícipes cuja procura pela saúde requer passar tempo, às vezes indeterminado, nos grandes centros urbanos; ou ainda seja com o objetivo de dar as

¹³ CODEÇO, Cláudia Torres *et al.* "Epidemiology, Biodiversity, and Technological Trajectories in the Brazilian Amazon : From Malaria to COVID-19." *Frontiers in Public Health* : 2021

condições materiais para que estudantes possam continuar seus estudos em instituições federais ou estaduais, as Casas de Apoio representam um intento de mitigação de problemáticas já consolidado na região, mas que ainda carece de estruturação e de visão mais ampla para melhor atendimento, coordenado, das dificuldades ora apresentadas.

O quesito da saúde mental, ademais, transpassa por estratégias outras além do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social, complementares, necessariamente da comunicação, da cultura e da educação. Pois, para a preservação mesmo do meio ambiente no qual essa juventude se insere, através de seu modo produtivo específico e das instituições sociais associadas, é necessária a socialização e o estreitamento dos laços comunitários – tarefa na qual a Casa de Apoio se apresenta salutar –, o conhecimento da história regional, o acesso à informação e a atividades culturais, desportivas, comunitárias. Trata-se, por efeito, do estabelecimento material de uma rede de apoio e sustentabilidade comunitária – de uma infraestrutura caráter do cuidado, do afeto, do comum, daquele modo produtivo próprio das trajetórias campesinas.

O Navega-Pará

Ressalta-se, a título de exemplo, a experiência vivida através do **Programa estadual Navega Pará** durante os anos de 2007 a 2011, que, ao objetivar mitigar o problema da exclusão digital da população paraense, promoveu a inclusão social através da inclusão digital, democratizando o acesso à internet e ao debate público e, desta forma, popularizando o acesso à democracia e às suas instâncias novas, às praças públicas tal qual a internet é. Pôr a juventude em contato é essencial para tecer os liames comunitários, para o compartilhar de experiências e para o estabelecimento de novas. Ater o jovem à democracia pressupõe a manutenção das estruturas materiais do diálogo que, se outrora apenas fossem representadas pelas praças matrizes, pelos bares e pelos espaços físicos da cultura, hoje ganham essa dimensão nova que é o mundo digital. Uma política pública de comunicação assim se evidencia necessária à resistência desse povo e ao seu desenvolvimento.

O acesso à internet de banda larga é fundamental para concretizar a relação jovem-desenvolvimento, para consolidar uma visão de futuro, para melhorar, inclusive,

o acesso à educação. Um ambiente regulatório e legalizado que promova o investimento e a inovação é essencial para permitir o acesso a essa internet banda larga. Ressalta-se, nesse ensejo, a existência de laboratórios e projetos de extensão universitária existentes em Instituições de Ensino Superior públicas da região. A exemplo, é o caso do curso de Licenciatura em Informática Digital da UFOPA, partindo do princípio de que não se trata apenas de conectividade para que o acesso seja significativo. Também, deve tanto ser acessível para escolas, quanto para indivíduos, e professores e alunos devem adquirir a alfabetização digital e outras habilidades necessárias para aproveitá-la adequadamente.

Valorização da Cultura: financiamento insuficiente para políticas culturais e diversidade nacional

Ademais, a juventude amazônica é autora e consumidora de diversas expressões culturais que perpassam desde a música até a manufatura. Práticas e artigos culturais entram assim numa vida econômica bastante ativa, mas pouco observada pelo poder público e, quando, até mitigada. Trata-se, portanto, de dotar essas estruturas produtivas da cultura de logística, financiamento e segurança necessária para sua operacionalização. Dos bailes da saudade à manufatura de canoas, do tecnobrega à produção de cosméticos, ou dos bailes funk às rodas de carimbó, é em toda a economia regional que essas expressões materiais e imateriais tão diversas da cultura amazônica se fazem sentir o peso para a constituição da vivência e da economia da região, e do país. É nesse sentido, por exemplo, que o **Plano de Salvaguarda da Capoeira** no Pará se torna essencial, adentrando nas áreas da educação e da preservação do patrimônio imaterial.

Mas, de fato, o pouco financiamento para políticas culturais é histórico. O que é comumente apresentado, nos termos de política nacional, é algo que procura influenciar as práticas e o consumo regional. Deve-se, entretanto, considerar a diversidade nacional, de regiões, de conhecimentos, de saberes, de cultura, no que a construção dos sistemas de cultura seriam fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas que levassem em consideração as necessidades de cada região do país. Na última Conferência Nacional de Cultura, ainda realizada em 2010, o Pará apresentou a maior delegação de todos os Estados brasileiros, e os Estados da região norte participaram massivamente, sendo uma de suas principais reivindicações o

desenvolvimento de políticas culturais na Amazônia de forma diferente do que é desenvolvido em outras regiões, para que, assim, fosse levado em conta as suas próprias particularidades. É, portanto, essencial que a Amazônia seja vista a partir de novas diferenças e dificuldades.

Apesar de parte considerável do PIB brasileiro ser constituído pela área cultural¹⁴, isso não tem sido historicamente tratado como prioridade pelo Governo Federal. De fato, as legislações de fomento à cultura se originam de lutas do movimento cultural, ao exemplo da recente Lei Paulo Gustavo, da Lei Aldir Blanc, da Lei Valmir Santos. Ainda, trata-se também de definir qual a política de cultura que se quer nesta sociedade de nova conformação, que é muito mais preconceituosa com a Amazônia. E como, através do Estado, fomentar as culturas de resistência que se formaram nesse processo social recente e conservador?

Patrimônio Imaterial e Saber-Fazer Tradicional

Um debate hoje pouco feito – mas essencial a ser levantado novamente – é o do patrimônio imaterial, conquanto se tenha consolidado um cenário de quase inércia das formulações a respeito dos mestres-artífices. É fato, porém, que se reconhece a influência que o saber-fazer tradicional teve para a manutenção do patrimônio arquitetônico e histórico dos centros urbanos; e levanta-se, também, a necessidade de mapeamento do saber-fazer em áreas a serem exploradas por empreendimentos de grades impactos socioambientais, sendo comum, para tanto, o mapeamento das práticas de capoeira.

Entretanto, a presença do patrimônio imaterial está muito longe de se resumir nas ainda pouco apoiadas práticas da capoeira, e deve-se observar demais atividades culturais, das quais chamamos atenção para atividades relacionadas à alimentação e ao seu manejo, tangendo a questão da nutrição e da saúde. A produção orgânica detém consigo um potencial muito grande e, não obstante, o Estado do Pará apresenta o maior número de produtores orgânicos registrados do país. Mesmo que hoje se trate

¹⁴ 3,11% do PIB brasileiro em 2020 é constituído pela economia da cultural e pelas indústrias criativas, segundo o Observatório Itaú Cultural (<https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/pesquisa/produto-interno-bruto-pib-da-economia-da-cultura-e-das-industrias-criativas-ecic>)

fortemente de uma produção voltada a consumos e públicos-alvo restritos, trata-se, ainda, de um potencial nutritivo fundamental.

Nesse ínterim, a tendência e apagamento da autenticidade dos lugares e a homogeneização, que atinge as cidades, os sítios históricos e as práticas da vida e da nutrição, se torna notória, conquanto do processo da modernidade emergem minorias e a discussão da preservação da cultura, de monumentos de importância notadamente comunitária, de maneiras de viver e de comunidades que constituem as dimensões intangíveis do lugar, marcado das valorizações humanas, apenas resistem. Associada a essa ideia está a de memória: a pessoa, em sua conexão com o ambiente natural e o ambiente construído, com o que forma um todo – a paisagem cultural – contribui para a formação da memória do lugar, a qual define o poder dos lugares históricos em determinar um passado comum, dando um sentido de resgate de memórias comuns à formulação das políticas de preservação recentes. Tais políticas e estratégias públicas buscam a promoção da história pública e exploram a memória social e a memória do lugar, permitindo a conexão entre a preservação do ambiente construído, a história e a memória social para o vislumbre e a construção de um futuro. Esse escopo da política cultural se desvela assim essencial para a escolha do projeto de desenvolvimento em questão e, conseqüentemente, se torna condição *sine qua non* da relação jovem-desenvolvimento.

Política Cultural e Reprodução Social e Econômica: a importância da inventariação e patrimonialização do saber-fazer em prol do Desenvolvimento Sustentável

Trata-se, por efeito, de política cultural cujo âmbito alcança a juventude, porquanto estabelece os alicerces da continuidade de saberes e de memórias de comunidades na qual a juventude se insere e se desenvolve em diálogo com tendências novas e tendências externas à região. Saber-fazer, nota-se, essenciais para o desenvolvimento econômico da região e cuja reprodução é garantidora da manutenção e reprodução social e econômica de suas juventudes.

No bojo dessa estratégia, a inventariação e a patrimonialização se tornam ações necessárias, demandando estrutura e planejamento para tanto. De fato, o primeiro

passo para a proteção é a identificação do patrimônio e a sua consequente inventariação. Porém, a patrimonialização de bens imateriais não se sintetiza no registro e na preservação, mas, mais que isso, como intervenção nas relações dinâmicas concretas e imediatas de grupos e comunidades. Procurando dar um sentido democrático de salvaguarda e preservação, são definidas concepções e diretrizes em prol dos Planos Diretores dos municípios e das políticas de patrimônio, no que a UNESCO estabelece a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em consequência do objetivo maior da defesa das identidades dos grupos particulares, cuja meta é a diversidade cultural em um anseio democrático.

A globalização e as tecnologias de comunicação trouxeram para o mundo a emergência de grupos que buscam suas identidades a partir de suas culturas tradicionais, reforçando o aspecto do patrimônio mais como processo do que como produto, de sorte a ser necessário o desenvolvimento de políticas públicas que valorizem os processos de criação e manutenção das expressões até a realização do produto final, seja ele artesanatos, danças ou celebrações, mais do que, propriamente, o resguardo de passados escolhidos. É a partir da observação desses processos tão econômicos quanto culturais que desvelamos testemunhos dos modos de viver e de visões de mundo. É, para tanto, que a valorização do saber-fazer tradicional se torna politicamente importante e economicamente fundamental.

O Papel do Agroextrativismo e da Nutrição: uma cultura alimentar resistente

É certo que modos de viver regionais, especialmente atrelados às trajetórias tecnológicas vinculadas ao campesinato amazônico, ao agroextrativismo, desenvolveram saber-fazer específicos que constituem o funcionamento econômico e social – no qual a nutrição é um dos aspectos – dessa realidade social, mas também da realidade ecológica porquanto seu desenvolvimento se deu a par do meio ambiente, desenvolvendo produtos tanto econômicos quanto culturais de característica sustentável e ecologicamente adequadas. Nota-se, nesse ínterim, o papel das técnicas construtivas tradicionais e dos processos culinários coletivos, nestes os quais a **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)** e as **Comissões de Produção**

Orgânica (CPOrg), vinculadas ao Ministério da Agricultura e Agropecuária (MAPA), têm muito a articular, e nestes os quais experiências municipais têm tanto a ensinar.

Reitera-se a necessidade de intensificação dos processos de transição para agroecologia e produção orgânica e, no tangenciar alusivo à juventude, a política que representa a Assessoria de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF). Elenca-se, nesse bojo, a **Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos**.

Nota-se, ademais, que a cultura alimentar amazônica é rica em diversidade. Essa variedade alimentar oferece uma vasta gama de nutrientes e contribui para a segurança alimentar e a saúde das comunidades rurais e urbanas, além de constituírem elemento importante da economia e da dinâmica regional. Assim, é de fundamental importância pensar as cadeias produtivas do açaí, do babaçu, do pescado etc. Uma cultura alimentar, que resiste na Amazônia em face às tendências globalizantes, busca preservar e fortalecer as práticas tradicionais de produção e consumo de alimentos, garantindo a segurança alimentar, a soberania alimentar e a saúde. Isso implica em valorizar os conhecimentos tradicionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, a preservação das sementes crioulas, o respeito aos ciclos naturais e a diversidade alimentar, para além dos ensejos turísticos e gentrificados.

De fato, a cultura alimentar amazônica está intrinsecamente ligada às tradições culturais e rituais das comunidades tradicionais. A preparação dos alimentos, a partilha dos recursos entre as famílias e a celebração de festivais tradicionais estão profundamente enraizadas na cultura local. Uma das características distintivas dessa cultura é a interdependência dos recursos naturais disponíveis na floresta, rios e áreas de cultivo tradicionais e, nesse sentido as comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia têm um profundo conhecimento das plantas e animais nativos e desenvolveram técnicas de manejo sustentável ao longo de gerações.

No entanto, essa tradição alimentar enfrenta os desafios significativos do desenvolvimentismo, da globalização, do desmatamento, das mudanças climáticas, da introdução de alimentos industrializados, da introdução de outras culturas alimentares vinculadas a trajetórias outras. Esses fatores impactam negativamente a diversidade alimentar, a segurança alimentar e a saúde das comunidades locais, assim bem como

impactam negativamente o sistema econômico atrelado a essa alimentação, e ao resultado desse sistema historicamente desenvolvido, que é, em si, o alimento característico da região.

Diálogos Democráticos e o Desafios na Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

É histórico, porém, que apenas a identificação, classificação e catalogação do patrimônio imaterial não é suficiente para a sua sobrevivência, mesmo que lhe seja uma etapa fundamental. É necessário, ademais, uma abordagem multidisciplinar para a definição desse patrimônio imaterial. No que tange os esforços da UNESCO, é notório que a sua listagem global se apresenta contraditória e desigual pois que privilegiou as culturas de países da Europa e da América do Norte. Uma solução que se tem sido apresentada é a do registro cultural como instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Sistematicamente, o Brasil avançou na discussão em relação ao mundo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando se oficializa, no bojo estatal, o entendimento do patrimônio material e imaterial e, a partir de então, torna-se emergente a criação de políticas públicas para a salvaguarda efetiva do patrimônio histórico-cultural. Surge então, através do Decreto Federal nº 3551, de 04 de agosto de 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o qual visa a política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio, buscando estabelecer parcerias ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento. Dessa maneira, os principais instrumentos oriundos dessa política são os Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais. Ambos os instrumentos permitem investir em livros de registros de saberes, lugares, celebrações e formas de expressão. Urge pensar a retomada dessas políticas.

Além disso, o Decreto Federal nº 3551/2000 procurou garantir a manutenção das políticas culturais de bens imateriais em função de seu comportamento na sociedade, conquanto muda o papel dos agentes da preservação – o tombamento e a proteção do patrimônio material são de evidente competência do Estado, mas o patrimônio imaterial requer o estabelecimento de ampla rede de parcerias pela sua preservação através, notadamente, do registro cultural.

A Juventude como Atriz Cultural e Transformadora: cultura e juventude como espaço de disputa

Longe, porém, das tendências e utopias museificantes, a juventude produz cotidianamente, por um lado, a sua cultura própria, conquanto, por outro lado, se insere em um sistema tanto cultural quanto econômico que lhe possibilita os alicerces que são a sua identificação no mundo e a sua perspectiva de futuro. Ela é, no cerne da cultura, um elemento dinamizador e nega, constantemente, os paradigmas imobilizadores. Assim como a cultura – e por ser parte integrante dela – a juventude é um processo vivo no qual ela se torna atriz não apenas como guardiã de um saber-fazer tradicional, mas também definidora do destino de sua própria cultura e meio.

Não se quer, todavia, condenar os esforços preservacionistas importantíssimos que desenvolvem os museus regionais. O museu representa um papel fundamental na leitura do passado e, desta forma, no entendimento do presente que nos dá as bases para vislumbrar o futuro. Mas é essencial facilitar o acesso democrático a esses espaços, popularizá-los e estabelecer a possibilidade da representação plural da população.

Compreende-se, entretanto, que a cultura é constantemente disputada, notadamente pelas trajetórias econômicas presentes na Amazônia – não se deve tratar de menosprezar ou mitigar expressões determinadas, porém, mas sim de imiscuí-las das mudanças sociais desejáveis ao apoiar os segmentos sociais vulneráveis que lhe produzem e as mudanças que lhe causam a sua presença. Isso quer dizer, por exemplo, o apoio a artistas lgbtqi+ na produção do funk; o apoio a artistas indígenas não só em sua produção cultural própria, mas também garantir a sua presença em demais espaços e o seu consumo e produção de demais expressões; a problematização de expressões artísticas que incitam explicitamente o ódio ou a violência. O mesmo acontece no escopo da juventude.

Sob esse contexto, é fato que algumas expressões culturais aglutinam maior facilidade e acesso a políticas culturais. É o caso do sertanejo, vinculado à agropecuária e às suas expressões ideológicas, a ser comumente financiado por políticas culturais, porquanto seus agentes, oriundos de segmentos sociais e econômicos específicos, estrutural e historicamente transportam consigo as capacidades educacionais, sociais e econômicas necessárias para desenvolver projetos nos moldes estabelecidos e para acessar o Estado. Não se trataria de mitigar o estilo sertanejo – este já munido de suas

contradições e lutas internas, especialmente quando alcança outros públicos –, mas ter essa compreensão é fundamental para o planejamento do desenvolvimento sustentável.

Contiguamente, essa discussão perpassa pelo acesso à educação que provêm as escolas de samba, as associações de capoeira e a presença de seus mestres na educação escolar, os espaços de carimbó, as associações de moradores, as entidades religiosas em sua diversidade, as unidades ribeirinhas produtivas, e demais espaços nos quais o saber-fazer cultural se reproduz e se produz a matéria da cultura.

Ademais, trata-se também de garantir a segurança e a saúde tanto física quanto – e especialmente – mental nos espaços culturais frequentados pela juventude. A diversidade de idades que compreende o rol completo da juventude no compartilhar de espaços engendra experiências específicas provindas apenas dessa interação, e cuidados são necessários para que tais experiências não venham a ferir a saúde do jovem e o seu desenvolvimento social.

Educação e Formação

A dimensão psicossocial da juventude não envolve apenas o escopo da cultura e da saúde, mas em especial se conecta também à educação e à formação. É fundamental estabelecer as estruturas para o acesso à educação de qualidade de nível médio, técnico e superior. No campo, essa necessidade se desenvolve em problemáticas maiores que envolvem desde a formação, a qualificação e a disponibilização de professores quanto a logística e a estrutura material do sistema educacional. É fato que contingente considerável de jovens saem da zona rural em busca de uma perspectiva melhor de vida nos centros urbanos, onde se deparam com a realidade da precarização do trabalho. Logo, cabe ao Governo fomentar e ampliar a formação do jovem no campo para que se possa ter condições de enxergar uma perspectiva de ascensão dentro de sua própria realidade.

Destarte, como base para o **Pacto pela Juventude**, a Conferência Nacional de Juventude de 2008 elegeu a educação no campo como prioridade, dando ênfase no acesso ao ensino médio e à questão ambiental. Além disso, o jovem que se forma em tais circunstâncias tem a possibilidade de usar o conhecimento adquirido em prol de seu meio, trazendo benefícios à sua comunidade e, conseqüentemente, à preservação do

meio ambiente. Práticas nesse prol têm sido historicamente cultivadas em ambientes universitários públicos da região, em especial através de grupos de pesquisa e extensão.

Ressalta-se, em parênteses, a importância que cultiva o **Programa Saberes da Terra**, destinado a jovens agricultores familiares que tem de 18 a 29 anos e que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização. Reintegrá-los ao processo educacional cumpre um papel decisivo no desenvolvimento regional, elevar sua escolaridade e promover sua formação garante aumento na qualidade de vida e perspectivas não só para o indivíduo, mas para a família e a comunidade. Pensar a articulação entre a educação básica e o caráter que toma a educação superior na região amazônica restam desafios evidentes a serem pensados.

O Papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na Amazônia e a Política de Interiorização

De fato, as Instituições de Ensino Superior (IES) angariam outros sentidos desenvolvimentistas, especialmente na realidade histórica da Amazônia, porquanto elas reduzem as desigualdades sociais, distribuem as oportunidades, estudam a realidade amazônica a partir de uma ciência discutida pela experiência acadêmica regional, e proveem, assim, o Estado e a sociedade de um criticismo desenvolvimentista que procura por soluções sustentáveis e originais aos desafios regionais. Nesse sentido, enquanto pensa-se a extensão universitária na Amazônia, é fundamental ter em mente os desafios sociais que perpassam e constituem a história amazônica, e ter em evidência as políticas que possibilitam a democratização desse espaço público do saber.

Ademais, a política de interiorização das Universidades Públicas no Pará engendrou uma experiência única e indubitavelmente necessária para a região, alcançando os escopos desenvolvimentistas que outras eras não lhe deram, democratizando o seu acesso às realidades do interior do Estado, ao mesmo passo em que lhe abre possibilidades de renovação sob os novos diálogos e contradições que essa experiência nova se lhe permite.

Em Conclusão: a juventude amazônica e a construção de uma Amazônia desejada

Com efeito, compete ao debate público, e às políticas públicas enquanto expressão material do debate e do equilíbrio de forças sociais, formular os novos valores e compreensões de mundo que nos guiarão nestas décadas que sucedem o desenvolvimento nacional econômico. Discutir novos e específicos desenvolvimentismos, ou mesmo querer resgatar o desenvolvimento enquanto ideologia de alguma forma, podem não ser as únicas opções viáveis para um futuro melhor, mas são os elementos deixados pelo nosso passado e com os quais nós trabalhamos hoje – seja através do fomento ou reformulação das estruturas públicas e estatais, tais as IES, os órgãos de pesquisa e planejamento público tal qual o IBGE e a SUDAM; ou seja pelo desmonte, desconstrução ou privatização dessas mesmas estruturas herdadas do desenvolvimentismo brasileiro, como se tem experienciado no Governo 2018–2022.

As diversas políticas públicas para as juventudes amazônicas precisam se adequar às necessidades específicas das trajetórias tecnológicas – precisam abranger o escopo diverso de particularidades e relações entretidas entre cada uma das juventudes. É necessário ouvir as diferentes experiências e, para tanto, consolidar as estruturas de democracia, de diálogo e de planejamento. Não podemos nos permitir novamente partir de modelos generalistas pré-estabelecidos, mas encontrar as ferramentas de análise e de planejamento adequadas à realidade regional é o que pressupõe a sustentabilidade do desenvolvimento.

Se a juventude angaria em si o sonho de uma Amazônia desejada, é porque o anseio é coletivo e é geracional. E por mais que o sonho resista socialmente, ao que resistem historicamente as trajetórias excluídas, se desenvolver, apenas, será quando o Estado tiver consigo esse olhar e as metodologias científicas necessárias. Pensar o desenvolvimento sustentável requer, inevitavelmente, a política diversificada da juventude amazônica.

Pedro Neves de Castro é secretário-geral do Partido dos Trabalhadores em Belém. Economista formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA); especialista em Estado, Governo e Democracia pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO); e

mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). É chefe do Núcleo Setorial de Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (NUSPE/SEMMA/PMB) e membro da Comissão de Produção Orgânica do Estado do Pará (CPOrg-PA).